

# AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA PRODUÇÃO DO *SER CRIANÇA*

Giane Araújo Pimentel Carneiro<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo deste estudo é refletir sobre as produções da distinção geracional entre criança/adulto por meio das práticas educativas vivenciadas pelas crianças. Atualmente são muitas as discussões sobre o nível de autonomia das crianças, o papel que possuem na sociedade e sobre como deve ser sua educação pela família, pela escola e pelo Estado, gerando muitas polêmicas sobre o assunto. Diante desse quadro percebemos que a infância é marcada por várias singularidades, caracterizando-a como uma fase da vida distinta da fase adulta. Utilizamos a categoria “geração” para evidenciar as crianças como unidade de observação. Para fundamentar essas questões utilizamos os estudos de Ariès (2006), Kuhlmann Jr. (2002), Sarmiento (2008), Qvortrup (2011), entre outros. Esse trabalho desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da infância, sob o viés pedagógico, sociológico e histórico. Realizamos o levantamento bibliográfico em livros e artigos publicados em revistas para a compreensão do nosso objeto. Após a realização das leituras exploratórias realizamos a seleção dos textos para análise e interpretação dos conceitos e dados subjacentes ao estudo. Para que possamos avançar na reflexão sobre a educação das nossas crianças faz-se necessário exercitar e construir outro olhar por meio do qual possamos conhecer a infância, as sociedades das quais são parte integrante e os vários contextos onde ela se constitui. Assim, criaremos condições de intervir nas discussões e definições de políticas e programas sociais dirigidos à criança, particularmente aquelas referentes à socialização escolar e à formação de professores. Essas questões nos instigam também a pensar práticas educativas mais sensíveis e respeitosas às necessidades e aos direitos das crianças.

Palavras chave: Distinção geracional. Práticas educativas. Criança.

## Introdução

Quais são os aspectos específicos que caracterizam a condição de “ser criança”? Como as ações vivenciadas entre os pais e os filhos/professores e alunos no cotidiano da vida familiar/escolar podem garantir tal condição? Há uma intencionalidade dos pais e demais pessoas adultas em efetivar ações que produzam uma diferenciação entre a criança e o adulto, além dos fatores físicos e biológicos? Como se realiza a produção dessas distinções entre as gerações? Acreditamos que por meio da análise das práticas educativas podemos perceber

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela FaE-UFMG. Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia, DEDC-Campus XII. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire, NEPE. gianep@hotmail.com.

com maior clareza como as distinções geracionais entre criança/adulto são produzidas. Portanto, o objetivo deste estudo é refletir sobre as produções da distinção geracional entre criança/adulto por meio das práticas educativas vivenciadas pelas crianças.

O meu interesse sobre a criança e sua educação surgiu inicialmente a partir da minha experiência como docente na Educação Infantil. O trabalho de vários anos com crianças nas turmas de Maternal até as Classes de Alfabetização, em escolas particulares e públicas, possibilitou um contato maior com crianças, contato este que fez com que cada vez mais eu fosse me envolvendo nesse universo e quisesse compreendê-lo de forma mais ampla. Observar as crianças, as relações com seus pares, com os adultos, principalmente com seus pais, tornou-se constante.

A maneira de verem o mundo e a forma como eram tratadas e vistas pelo mundo passaram a me intrigar e a provocar certas angústias, pois ao mesmo tempo em que a nossa sociedade parecia/parece perceber e dar mais espaço a essa categoria geracional, vimos aumentar ou serem mais divulgados os casos de abusos, acidentes e violências contra as crianças; a maioria desses casos continua a ocorrer principalmente em casa, na vida familiar, apesar das inúmeras políticas de proteção à criança e ao adolescente, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 13 de julho de 1990, através da Lei 8069 foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Segundo Abreu e Martinez (1997, p.32) este Estatuto é considerado “um avanço jurídico e social em relação à infância e à adolescência, por encarar a vida das crianças e jovens em sua plenitude. O estatuto legitimou a cidadania como um direito de crianças e, a sua promoção, como um dever do Estado e da sociedade.”

Discute-se muito sobre os direitos das crianças, sobre o nível de autonomia e o papel que possuem na sociedade atual, sobre como deve ser sua educação pela família, pela escola e pelo Estado, gerando muitas polêmicas sobre o assunto. Diante desse quadro percebemos que na nossa sociedade a infância é marcada por várias singularidades, caracterizando-a como uma fase da vida distinta da fase adulta. Destacam-se discursos que ora exaltam a autonomia da criança e um crescente autoritarismo e ora a condição de subordinação da criança em relação ao mundo adulto. Tudo isso nos leva a refletir sobre as produções das distinções entre a condição de “criança” e de “adulto”.

Esse trabalho desenvolveu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da infância sob a luz de perspectivas de várias áreas do conhecimento: estudos pedagógicos, históricos e sociológicos que pudessem elucidar a compreensão sobre o “ser criança”. Primeiramente fizemos o levantamento bibliográfico em livros e artigos publicados em

revistas. Após a realização das leituras exploratórias procedemos à seleção dos textos para análise e interpretação dos conceitos e dados subjacentes ao estudo.

Esse artigo está estruturado em três eixos. Inicialmente discorremos sobre o conceito de práticas educativas, seguido da exposição sobre o conceito de geração enquanto uma categoria de estudo e a produção das distinções geracionais.

### **As práticas educativas**

Falar da educação da criança remete-nos a questionar sobre o que realmente estamos querendo abarcar, considerando a amplitude do conceito “educação”. Para elucidar esse debate, recorreremos ao clássico estudo de Durkheim (1978, p. 41), quando afirma que:

a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destine.

O autor conclui que *a educação consiste numa socialização metódica das novas gerações* (p. 41). Essa socialização, apesar de definida como “metódica”, é um processo bastante amplo e ocorre o tempo todo na vida das pessoas.

Utilizamos o conceito de *práticas educativas* para nos referirmos a esses processos de socialização das crianças, pois para Durkheim, *a educação é um conjunto de práticas, de modos de fazer, de costumes* (1978, p.59). As práticas educativas são consideradas também de forma ampliada, como propõe Roger Chartier (2002), como parte integrante das práticas culturais, que visam fazer reconhecer uma identidade social e legitimar processos.

Por meio da análise da vida da criança e das relações estabelecidas entre si e com os adultos, seja na família, na escola ou em outros espaços, desde o nascer, o morrer, o alimentar, o vestir, o brincar, etc. podemos perceber como esses aspectos permeiam as práticas educativas direcionadas a elas e as intencionalidades existentes na produção das diferenciações entre as gerações.

### **A produção da distinção geracional criança/adulto**

Os estudos da Sociologia da Infância propõem o estudo da infância como uma categoria geracional. “Geração” é um conceito relacional através do qual se produzem as

posições assumidas pelas crianças e adultos. Jens Qvortrup (2011, p.325) propõe utilizar a categoria “geração” para evidenciar as crianças como unidade de observação “a infância é uma estrutura permanente em qualquer sociedade, mesmo que seus participantes sejam regularmente repostos”. É compreendida, mais apropriadamente, como uma categoria permanente de qualquer estrutura social.

Analisar as produções das diferenciações geracionais significa antes de tudo procurar perceber a historicidade da demarcação de períodos ou fases da vida humana. Demarcar as diferentes fases da vida foi objeto de atenção das diversas sociedades humanas desde o mundo Antigo. Ariès (2006) identificou, em documentos da Idade Média, uma terminologia para designar diferentes períodos da vida que remontavam a textos do mundo antigo: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e sanidade. Os diversos recortes que demarcavam a vida dos indivíduos foram produzidos pelas diversas culturas, construindo delimitações e rupturas no *continuum* da experiência humana (GOUVÊA, 2004b). Essas divisões das fases da vida eram estabelecidas em relação ao mundo da natureza. De acordo com Jacques Gélis (1991), predominou na Europa, durante muito tempo, uma consciência “naturalista” da vida e da passagem do tempo. A noção de tempo cíclico predominava e a criança era antes de tudo uma continuidade da linhagem familiar, em que uma geração sucedia a outra, com dependência recíproca entre elas para que o ciclo daquela família/sociedade pudesse se renovar.

Nesse imaginário da vida e do corpo, a criança era considerada um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo que, pelo engaste das gerações, transcendia o tempo. Assim, pertencia à linhagem tanto quanto aos pais (GÉLIS, 1991, p.313).

Com o advento dos novos conhecimentos sobre o mundo físico e um maior controle sobre as doenças, predominou outro imaginário sobre a vida, sobre o tempo e foi se desenvolvendo uma consciência mais segmentária e mais linear da existência. A criança passou a ser vista não mais apenas como parte de um corpo coletivo, mas como um indivíduo por si mesmo. De acordo com Jacques Gélis (1991), essa forma de pensar permite-nos compreender a importância que a criança adquiriu para os pais a partir de então. É neste ponto que a tese de Ariès (2006) traz a ideia do novo sentimento de infância que se formou entre os moralistas e educadores do século XVII, na Europa, e que inspirou toda a educação até o século XX. Veiga (2004, p.40) questiona as circunstâncias que possibilitaram a sociedade adulta perceber a criança como um outro distinto, afirmando que

o tempo da infância se afirma como uma consciência de distinção geracional por necessidades socioculturais que precisaram ser aprendidas para auferir legitimidade e reconhecimento em dado momento histórico por toda a sociedade. (...) infância na modernidade foi uma categoria de tempo inventada com base nas múltiplas experiências vivenciadas pelos diferentes grupos sociais.

A infância teria despertado o interesse dos adultos no momento em que passou a ser considerada uma fase da vida que pediria maiores cuidados e atenção específica, após o século XV. Antes disso, em especial na Idade Média, de acordo com Norbert Elias (1993) e Ariès (2006), os que se encontravam na fase da infância não recebiam tratamento diferenciado e viviam o mundo dos adultos. Ainda quando pequenas, eram acariciadas com muito mimo, mas rapidamente eram tidas na conta dos adultos, misturando-se com o mundo dos mais velhos. No entanto, Gélis (1991) e Kuhlmann Jr. (1998), entre outros, não acreditam na indiferença medieval em relação à infância e afirmam que a criança era construída pelo amor ou pela rejeição dos pais, tendo a mãe papel protagonista na sua criação. Segundo Teysseyre (1982) e Gélis (1991),

O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. (TEYSSEYRE, 1982 *apud* GÉLIS, 1991, p.328). A indiferença medieval pela criança é uma fábula; (...). (GÉLIS, 1991, p.328).

Ao procurar demarcar períodos e classificar idades, torna-se necessário estabelecer comparações, identificar semelhanças e diferenças. Seguindo esse processo, a infância foi caracterizada como uma fase da vida em que predominavam a dependência, a falta de autoridade e de autonomia. Segundo Ariès (2006), só se saía da infância ao sair da dependência ou, ao menos, dos graus mais baixos de dependência.

Os termos utilizados para designar essa fase da vida e suas representações evidenciam essa ideia de dependência. “Infância”, segundo Freitas e Kuhlmann Jr. (2002), é a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida ou como o próprio período vivido pela criança e “criança” o sujeito real que vive essa fase da vida. Essa duplicidade de nomenclaturas traz diferentes concepções que percebemos melhor ao analisarmos suas origens etimológicas: “criança” vem de criar, criação, algo comum a todos os seres vivos, e “infância” vem de *infans*, aquele que não fala, remetendo ao aspecto cultural, ou seja, à concepção de que infância não é em si uma essência, mas um constructo histórico

social, o que, na idade moderna, retrata bem a condição da dependência e subalternidade da criança em relação ao adulto.

As pesquisas atuais na área da sociologia da infância atribuem a essa condição de subalternidade da infância ao mundo dos adultos a razão pela qual esses sujeitos se encontravam ausentes das pesquisas iniciais dessa ciência. As crianças durante séculos foram consideradas como seres humanos miniaturizados que só valiam a pena estudar e cuidar pela sua incompletude e imperfeição; seres sociais “em trânsito” para a vida adulta (SARMENTO, 2008). *As crianças não sendo consideradas como seres sociais plenos, são percebidas como estando em vias de o ser, por efeito da ação adulta sobre as novas gerações* (SARMENTO, 2008, p.20).

Considerando que a evolução do sentimento de infância e a produção das diferenciações geracionais entre adulto/criança não se manifestaram de forma linear, torna-se necessário que analisemos cada época e espaço em suas particularidades para entendermos como as produções das infâncias se processaram. De acordo com Cristina Gouvêa (2004b, p.271-272),

a consciência diferenciada da existência humana significou um deslocamento das formas tradicionais de aprendizado social. Não era mais a natureza que guiava a transformação da criança em adulto, mas uma educação racionalizada, capaz de refrear as forças dessa natureza, moldando-as ao limite da razão.

### **As produções das distinções geracionais na história da criança no Brasil**

À consciência diferenciada da existência humana atribui-se a alteração na forma de ver e tratar a criança. Quando a criança começa a ser considerada como um ser incompleto, dependente, surgem questões, tensões e conflitos que exigem patamares mais altos de intervenção para a sua formação e alcance da condição de adulto. Essa alteração afeta principalmente a ação da família diante da transformação dos filhos pequenos em pessoas adultas.

Segundo Ariès (2006), quando se alteram as relações internas na família com a criança, também o sentimento de família altera-se profundamente. As relações da família entre si, com o Estado e com as outras instâncias sociais ocorreram no decorrer da história de forma específica a depender do tempo e espaço. A privatização dos costumes (ELIAS, 1993) que ocorreu em um processo de longa duração (desde o século XII ao XIX) no mundo Ocidental, levou o recolhimento do homem ao espaço da vida familiar, espaço da vida

privada. A casa passou a ser o local de refúgio, lugar de demonstração dos sentimentos; seus cômodos especializaram-se (ARIÈS, 2006; PERROT, 2009), diminuíram de tamanho e possibilitaram uma intimidade maior da família, agora reduzida aos pais e filhos. Segundo Michelle Perrot (2009), a vida privada teve seu auge no século XIX, mas persistiu sem grandes alterações até o início do século XX. No início do século XX ainda encontramos essa concepção da família moderna, recolhida no ambiente doméstico, no qual a criança ocupa seu centro. De acordo com Michelle Perrot (2009, p. 91), a família moderna

é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhes um sem número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade.

A educação da criança torna-se uma das principais funções da família, além da transmissão dos bens e do nome. *Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena “antes” de deixá-la unir-se aos adultos* (ARIÈS, 2006, P. 194). Norbert Elias (1994), nos estudos sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade, afirma que quanto mais intenso e abrangente é o controle dos instintos para o desempenho das funções adultas numa sociedade, maior se torna inevitavelmente a distância entre o comportamento das crianças e dos adultos e tanto mais difícil e demorado é o processo de prepará-las para as funções adultas. Considerando essas premissas, a educação da criança passa a ter cada vez mais espaço e atenção.

Registros históricos sobre a criança no Brasil remontam ao período da colonização brasileira pelos portugueses e dentro deste contexto a visão que se construiu da criança traz a marca ideológica da política expansionista, mercantilista e humanista europeia da época, mais especificamente de Portugal. A atenção recebida foi por parte da Igreja Católica, através das Ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus. Cartas, documentos oficiais, literatura produzida pelos Jesuítas, documentos régios, serviram de fonte para posteriores estudos sobre este período.

Antes da Proclamação da República, foram poucas as iniciativas quanto ao atendimento à criança. Apesar da regulamentação da instrução elementar pública brasileira,

através do Decreto de 1827, poucas alterações se efetivaram no dia-a-dia da criança no Brasil. Segundo Oliveira (2002, p. 9),

Até meados do século XIX, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural, onde residia a maior parte da população do país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente frutos da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a famílias com prestígio social, eram recolhidos nas “rodas dos expostos” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII.

A criação da primeira creche brasileira data de 1875 no Rio de Janeiro, retratando já uma preocupação mundial com a construção de uma nação moderna. (KUHLMANN JR., 2002). Com a implantação da República surgiu um novo cenário e desejos de inovação, pois muitas foram as alterações sofridas além do regime de governo, como a abolição da escravidão e o despontar de um desenvolvimento na industrialização, ainda que em pontos delimitados do país, e com ela, o fenômeno da urbanização. De acordo com Veiga (2007, p.238-239), foram organizados setores administrativos para gerir a educação institucionalizada, e várias reformas foram empreendidas para promover alterações na estrutura educacional.

A sociedade brasileira se diversificou ainda mais com o crescente movimento migratório de europeus e com o desenvolvimento das principais cidades do país, que aí se encontravam em um caos, pois não tinham infra-estrutura para acompanhar as mudanças sofridas. Circulou, então, a ideia de reordenar a população, introduzindo-se novos hábitos condizentes com uma sociedade civilizada através das reformas urbanas, iniciadas ainda no século XIX. Essa ação foi alvo das políticas higienistas. O Estado se apropriou desses discursos na prevenção da delinquência através do processo de regulação do trabalho infantil e da legislação de obrigatoriedade da escola. Afinal a criança fora transformada em aluno, e a escola, o espaço idealizado para prepará-la para a vida adulta.

A população pobre, na sua maioria mestiça e negra, ex-escrava, sofreu a marginalização. Como afirma Veiga, (2007, p.260), “No contexto de elaboração de uma identidade étnica, as teses higienistas e eugenistas previam também a profilaxia das raças e a propaganda do branqueamento da população”. A redefinição dos conteúdos de biologia e psicologia que aconteceu no início do século XX e a difusão de conhecimentos físicos e



psicológicos sobre a criança provocaram alterações na sua vida cotidiana e repercutiram na forma de educar que se consolidou durante todo o século XX até os dias atuais.

### **Considerações preliminares**

As crianças são seres históricos, sociais, ativos e competentes, ainda que diferente dos adultos. Criança existe em qualquer lugar e em todas as épocas. O que se altera é a forma de cada sociedade perceber essa fase da vida, de delimitar seus contornos e suas possibilidades. O processo de percepção da criança e sobre a criança não ocorre de uma forma evolutiva, depende de particularidades próprias a cada tempo e lugar. A infância, em termos estruturais, assume formas diferentes como resultado das transformações sociais.

Precisamos exercitar e construir outro olhar por meio do qual possamos conhecer a infância, as sociedades das quais são parte integrante e os vários contextos onde ela se constitui, no sentido de podermos intervir nas discussões e definições de políticas e programas sociais dirigidos à criança, particularmente aquelas referentes à socialização escolar e à formação de professores. Contudo, o conhecimento não se faz em qualquer tempo ou lugar, é necessário, prioritariamente, dirimir e explicitar conceitos, identificar valores e representações estruturantes que constroem e constituem as culturas infantis. (QUINTEIRO, 2009)

Diante dessas considerações podemos avançar na reflexão sobre a educação das nossas crianças e pensarmos sobre qual é a concepção de infância na atualidade? O que conhecemos sobre os modos de vida das crianças indígenas, negras e brancas, das que vivem no campo, na cidade? O que sabemos sobre as crianças que frequentam a escola pública? Como aprendem? O que aprendem? O que sentem? O que pensam? Como as transformações sociais econômicas políticas influenciam a vida das crianças e como elas influenciam a vida na sociedade? Qual o papel que exercem hoje dentro da sociedade que participam? O que pensam sobre o mundo e sobre si? Quais e como são as práticas educativas que mais atendem as suas necessidades no presente? Essas proposições nos instigam a pensar práticas educativas mais sensíveis e respeitosas às necessidades e aos direitos das crianças.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Marta; MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene. *Olhares sobre a criança no Brasil: século XIX e XX* (org.). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária/CESPI/USU: AMAIS Livraria e Editora, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa : Difel, 2002.

DURKHEIM, Èmile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. v.2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (orgs.). *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *O mundo da criança: a construção do infantil na literatura brasileira*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004b.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN JR., M. (orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

OLIVEIRA, Zilma R. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

PERROT, Michelle. Funções da família. In: PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. v. 4. São Paulo: companhia das Letras, 2009.

QUINTEIRO, Jucirema . A emergência de uma sociologia da infância no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. v. 31. 2009.

QVORTRUP. Jens. A volta do papel das crianças no contrato geracional. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

SARMENTO, Manuel; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.